



Recortes de Imprensa

Outubro 2015



COM O APOIO:



**APAV****Idosos suportam 2 a 6 anos de violência****FILHOS**

A maior parte dos idosos que recorreram à APAV entre 2013 e 2014 viveram entre dois e seis anos como vítimas de crime e de violência, delitos cometidos sobretudo pelos filhos e companheiros, segundo dados ontem divulgados.

PEDIDOS DE AJUDA

Neste período houve 2009 idosos que pediram ajuda à associação, 1626 dos quais revelaram ser vítimas de crime e de violência. Este número reparte-se entre 774 vítimas em 2013 e 852 em 2014.

CRIMES

No total, a APAV registou 4105 crimes contra pessoas idosas, sobretudo maus-tratos psíquicos (36,4%) e maus-tratos físicos (24,4%). Em 2013 houve registo de seis homicídios consumados, número que baixou para três no ano passado.

CASADOS

Em mais de 50% dos casos, as vítimas têm entre 65 e 69 anos e, quando analisado o seu estado civil, conclui-se que a maioria ou estava casada (44,5%) ou era viúva (28,5%). Em 550 casos, os idosos viviam em famílias nucleares com filhos, havendo também outros 300 que viviam sozinhos.

AGRESSORES

Em 617 casos (36,5%), o autor das agressões ou do crime é o próprio filho, enquanto em 489 casos (28,8%) o agressor foi o cônjuge. Há também 80 casos em que são os próprios netos.

ATUALIDADE III

IDOSOS VÍTIMAS



OEIRAS ■ LADRÃO ATACA CASAL EM RESIDÊNCIA

"Bateu no meu marido com uma barra de ferro"

■ Francisco e Helena, de 86 e 83 anos, são as últimas vítimas de crimes contra idosos. APAV ajuda 16 por semana

■ TESTEMUNHA
do espancamento do marido, agredido com barra de ferro, Helena Rocha está apreensiva quanto ao estado de saúde de Francisco, de 86 anos, que está internado



● SÉRGIO A. VITORINO/
/MIGUEL CURADO

Helena Rocha, 83 anos, teme pela saúde do amor da sua vida, Francisco, de 86. Marido e mulher foram atacados ontem de madrugada em casa, em Barcarena, Oeiras, por um assaltante que os espancou com grande violência. "Ele bateu no meu marido com uma barra de ferro", recorda Helena, que ainda partiu uma bengala nas costas do ladrão antes de este fugir com várias peças de ouro dos idosos.

Francisco e Helena foram vítimas de um fenómeno a aumen-

tar. Em 2014, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou a subida de 10% no número de idosos vítimas de violência e crime. Em dois anos (2013 e 2014) foram 1626 os idosos atacados que procuraram a APAV – uma média de 16 por semana. Os crimes mais comuns são os maus-tratos físicos e psicológicos. A situação é ainda mais grave do que os números indiciam – a violência contra idosos é dos crimes com maiores cifras negras (casos

não denunciados às polícias).

O casal de Barcarena, Oeiras, foi atacado na casa onde mora há 34 anos. Helena e Francisco exploraram um café até há dois meses. O estabelecimento fechou, mas ainda está identificado. Terá sido isso que atraiu o assaltante.

O ladrão arrombou uma janela com um pé de cabra e entrou no café. O casal, que vive por cima, alarmou-se. Francisco foi o primeiro a levantar-se e a ir ao café. "Foi empurrado e o ladrão começou logo

a agredi-lo com uma barra de ferro nas costas e no peito", relata a idosa. O assaltante dirigiu-se então ao quarto e deparou-se com Helena: "Fui insultada, mas ainda lhe parti a bengala nas costas. Ele empurrou-me para cima da cama. Vi-o pegar no meu fio de ouro com uma fotografia do meu marido, dois anéis e duas pulseiras", explica.

O agressor fugiu pela mesma janela. Helena Rocha chamou a PSP de Queijas, Oeiras, que investiga. Francisco estava, ao final da tarde de ontem, internado no hospital Amadora-Sintra. ■

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO
da manhã



TEME PELA SAÚDE

● Helena Rocha é a imagem da tristeza. Casada há mais de 60 anos com Francisco, via o marido a sofrer de crescentes problemas de saúde. "Ele já tinha tantas dificuldades em

HOMICÍDIOS | SETE EM DOIS ANOS

A APAV tratou dos casos de sete idosos que foram vítimas de homicídio (em 2013 e 2014). Foi prestado apoio social, psicológico e jurídico a familiares das vítimas



APAV | CRITICA PROCESSO

A APAV congratula-se pela nova 'Estratégia Para o Idoso', aprovada pelo Governo, mas critica o atraso (só pode ser implementada na próxima legislatura) e a falta de diálogo

PORTUGAL | UM TERÇO EM 2050

O Instituto Nacional de Estatística prevê que em 2050 um terço dos portugueses será idoso (mais de 65 anos) e quase um milhão ultrapassará os 80 anos

Violência

Crimes contra idosos



Vítimas

2013 774

2014 852 (+10,1%)

Total
1626

PERFIL DA VÍTIMA

1307 são mulheres

543 têm mais de 80 anos

44,5% (721) são casadas

40% (617) foram vítimas dos filhos

30% (489) foram vítimas dos cônjuges

38% têm incapacidade para o trabalho

Autor do crime

2013 778

2014 869 (+11,6%)

PERFIL DO AGRESSOR

1151 são homens

373 têm mais de 65 anos

40,4% (685) são casados

4,7% (80) já tinham condenação anterior

18,7% (315) são dependentes do álcool



70% dos casos são violência doméstica

De acordo com a APAV, 70% dos crimes contra idosos ocorrem em contexto de violência doméstica e são praticados pelos maridos e filhos das vítimas. E 55% das situações são na residência comum de vítima e agressor. As vítimas são maioritariamente mulheres (ver perfis). Os 1626 idosos que procuraram a associação em dois anos sofreram um total de 4105 crimes - maioritariamente maus-tratos físicos e psíquicos.

Total de crimes 4012

Contexto de violência doméstica

Maus-tratos psíquicos

3286

Maus-tratos físicos

1197

Ameaças/coação

794

Injúrias/difamação

581

Furto/roubo

338

Dano

73

Natureza sexual (outros)

40

Homicídio tentado

25

Violação

8

Coação sexual

6

Homicídio consumado

5

Outros

1

Em outros contextos

218

Ofensas à integridade física

726

Ameaça/coação

175

Maus-tratos

131

Violação de domicílio

76

Furto

50

Abuso de confiança

43

Burla

38

Difamação

38

Dano

30

Devassa da vida privada

29

Sequestro

28

Roubo

23

Extorsão

21

Stalking

20

Homicídio consumado

9

Importunação sexual

6

Homicídio tentado

4

Rapto

2

Violação

1

Bullying

1

Fonte: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CM

DISCURSO DIRETO

MARIA DE OLIVEIRA
Ass. Portug. Apoio à Vítima

"Denúncias não espelham a realidade"



Correio da Manhã - Por que é que as vítimas não apresentam queixa às polícias?

Maria de Oliveira - Há uma relação familiar com os autores dos crimes, que são na maior parte os filhos. Pesam a dependência emocional e a vergonha de denunciar o filho.

- Como combater isso?

- A vítima não se reconhece como tal, por isso trabalhamos nas vertentes de apoio social, jurídico e psicológico, que são gratuitos e confidenciais.

- Tem sido feito o suficiente?

- Ainda há muito trabalho a fazer. As denúncias que chegam às polícias não espelham a realidade. A APAV anda desde 2009 a alertar para a violência contra idosos. Antes julgava-se que a família era o núcleo protetor. Agora sabe-se que não é sempre assim.

Oitenta eram vítimas há mais de 40 anos

A maior parte dos idosos que recorreram à APAV entre 2013 e 2014 viveram entre dois a seis anos como vítimas de crime e violência. "São valores preocupantes", refere a associação. Foram registados 80 casos em que as vítimas eram - no há mais de 40 anos. As situações em que os crimes ocorrem sem antecedentes são apenas 8% do total.

Mais de metade não apresenta queixa

Mais de metade dos idosos vítimas de violência socorreram-se da APAV antes, ou em vez, de fazerem queixa às polícias, revela um relatório ontem divulgado a propósito do Dia Internacional da Pessoa Idosa. O documento, que reflete os anos de 2013 e 2014, refere que, dos 1697 agressores denunciados à APAV, 915 (54%) não foi alvo de queixa às polícias - e apenas 521 (30,7%) já tinham sido denunciados.

Fontes policiais e judiciais ouvidas pelo CM referem que as chamadas cifras negras (crimes não denunciados) revelam que as vítimas, principalmente mu-

lheres e idosos, "continuam a não confiar na Justiça". Por outro lado, são crimes ocorridos maioritariamente em contexto familiar, pelo que "existe resistência em denunciar os maridos ou os filhos" - sendo estes os responsáveis por 70% do total de crimes contra idosos comunicados à associação.

A APAV realça a importância dos vizinhos e conhecidos das vítimas na "denúncia das situações de violência." "Existe um insuficiente conhecimento do tema por parte das vítimas, familiares e prestadores de cuidados, bem como uma insuficiente informação e capacitação dos profissionais", lamenta a APAV.



O Café da Ti Lena foi explorado por Helena e Francisco Rocha até há cerca de dois meses. Está agora fechado

E RECUPERAÇÃO

andar", recorda a idosa, de 83 anos. Depois de ver o companheiro a ser espancado com grande violência, a mulher está muito apreensiva quanto à futura recuperação.



WWW.JESSYJAMES.PT | FACEBOOK: JESSICA ATHAYDE
INSTAGRAM: @JESSICA_ATHAYDE | TWITTER: @JESSICA_ATHAYDE

Ontem acordei com a melhor notícia que podia ter recebido. A novela “Mulheres”, da TVI, foi nomeada para um Emmy Internacional. É verdade! Que bem que me soube receber esta notícia! Foi um projeto tão intenso para todo o elenco e equipa técnica, mas também tão realista e gratificante por representar histórias e mulheres reais. Falo pela minha Bárbara e pelas personagens das restantes atrizes, todas elas muito fiéis à realidade. Foram meses de gravações, de nódoas negras e de histórias fortes que valeram cada segundo. Fernanda Serrano, Gabriela Barros, Paula Lobo Antunes, Sofia Alves e Susana Arrais, foi um privilégio partilhar esta experiência com vocês e, mesmo que tenha sido uma novela que trocou várias vezes de horário e nos confundiu a todos, sei que houve muitos portugueses que nos acompanharam do início ao fim. Ao meu querido companheiro Luís Gaspar, que foi incansável durante todo este processo e trabalhou sempre comigo



“Foram meses de gravações, de nódoas negras e de histórias fortes”

para representar da forma mais fidedigna possível o pesadelo que é a agressão, não te vou esquecer.

Queria ainda dedicar esta crónica a todas as mulheres que sofrem ou sofreram de violência doméstica – ensinaram-me que não devemos julgar, nunca. Obrigada APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e TVI pela oportunidade. Vemo-nos nos Emmys!



ID: 61331476

09-10-2015

Pintura e descobrimentos. Assim vai ser mais uma ModaLisboa

Desfile. Arranca hoje a 45.ª edição do evento que vai revelar as tendências dos criadores nacionais para a primavera/verão de 2016. Miguel Vieira e Nuno Gama falaram das suas inspirações

MÁRCIA GURGEL

A semana da moda está de volta à capital. A partir de hoje e até domingo vão ser conhecidas as propostas de vários estilistas portugueses para a primavera/verão 2016. O arranque da 45.ª edição da ModaLisboa acontece pelas 18.00, no Pátio da Galé, com Sangue Novo, projeto destinado a jovens finalistas de cursos de Design de Moda ou que estejam a iniciar a sua marca. Seguem-se as coleções de Away to Mars, Catarina Oliveira, Luís Carvalho e Carlos Gil.

Esta edição terá como tema "The Timers". "Timers somos todos nós. Aqueles que entendem o seu próprio tempo e que através do entendimento do seu próprio tempo fazem, organizam e conseguem tudo", adianta ao DN Eduarda Abbondanza, diretora da ModaLisboa.

Amanhã, o primeiro desfile tem hora marcada para as 14.30, com Nair Xavier, e o último para as 23.00, da autoria de Alexandra Moura. No lote de estilistas que apresentam no sábado as suas coleções inclui-se Miguel Vieira, que explica onde foi buscar a inspiração. "Partiu dos quadros de Mon-

drian. É uma coleção em que os tecidos são mesmo feitos por nós. São tiras nastro de seda que são entrelaçadas umas nas outras com efeito canastra, criando os nossos próprios tecidos e evocando as pinturas de Mondrian", revela o estilista, que está a trabalhar nesta coleção há seis meses. "A nossa proposta para mulher é uma silhueta limpa, *clean*. Para homem é o corte de alfaiataria", acrescenta.

É também amanhã que irá reali-

O desfile da Billabong realiza-se amanhã, às 17.00, e é o único aberto ao público

zar-se o único desfile aberto ao público. A apresentação da coleção da Billabong está marcada para as 17.00 nas arcadas do Pátio da Galé, Terreiro do Paço, e vai contar com a presença do DJ Diego Miranda. "É um desfile para a cidade de Lisboa. Quem quiser, está convidado a assistir", diz Eduarda Abbondanza.

O arranque dos desfiles de domingo realiza-se às 14.00, com as propostas de Nuno Gama. "Na úl-

tima edição da ModaLisboa viajámos até ao cabo das Tormentas. Nesta estação desafiámos o Montrengo", começa por explicar o estilista, relativamente àquela que foi a sua fonte de inspiração. "O casaco regressa em força e o homem do mundo inteiro rende-se à melodia da melhor tradição de alfaiataria pela maestria do corte, na mão do toque e no cair leve do tecido, no conforto e dinamismo num corpo de atitude cosmopolita", completa.

Nesta edição da ModaLisboa haverá também o Wonder Room, em que estarão representadas várias marcas portuguesas. "É um espaço aberto ao público, onde teremos uma exposição de calçado português com as tendências para a próxima estação dos criadores nacionais e da indústria de calçado. Vamos ter 17 propostas expostas", adianta Eduarda Abbondanza.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) também vai marcar presença no evento com uma iniciativa de sensibilização. "A ModaLisboa já se associou a várias causas. Esteve junta com a Cais, com a Abraço, com a Laço, etc. Desta vez, estamos com a APAV porque reconhecemos o mérito do seu trabalho", frisa ainda a diretora da Semana de Moda de Lisboa.

AGENDA

HOJE

- » 18H00 SANGUE NOVO*
- » 20H00 AWAY TO MARS | LAB**
CATARINA OLIVEIRA | LAB**
- » 21H00 LUÍS CARVALHO*
- » 22H30 CARLOS GIL*

SÁBADO

- » 14H30 NAIR XAVIER | LAB**
- » 15H30 OLGA NORONHA | LAB**
- » 16H30 RICARDO ANDREZ | LAB*
- » 17H30 CHRISTOPHE SAUVAT*
- » 18H30 VALENTIM QUARESMA*
- » 19H30 SAYMYNAME*
- » 21H00 MIGUEL VIEIRA*
- » 22H00 RICARDO PRETO*
- » 23H00 ALEXANDRA MOURA*

DOMINGO

- » 14H00 NUNO GAMA | Marinha Portuguesa
- » 15H30 FILIPE FAÍSCA*
- » 16H30 KOLOVRAT*
- » 17H30 NADIR TATI*
- » 18H30 PEDRO PEDRO*
- » 19H30 PIOTR DRZAL*
- » 20H30 ALEKSANDAR PROTIC*
- » 22H00 DINO ALVES | Teatro São Luiz

* Pátio da Galé, Praça do Município

** Paços do Concelho, Praça do Município

MULHERES

QUE PREFEREM O AGRESSOR

Rita Carvalho*

rita.carvalho@sol.pt

Há vítimas de violência doméstica grave que **optam por ficar em casa com o agressor, obrigando os filhos a ir para instituições.** Crianças expostas a agressões familiares continuam a aumentar.

Isabel foi parar ao hospital depois ter sido agredida pelo marido em frente ao filho de três anos. Nesse dia, mãe e filho foram acolhidos numa instituição. Mas quando o marido lhe ligou a ameaçar matar-se, Isabel decidiu regressar a casa. As autoridades não a deixaram levar o filho pois consideraram que estaria em perigo com os pais. A mãe não se opôs: o menor foi levado para uma instituição e ela voltou para junto do agressor.

Há muitos casos de violência doméstica como este, em que as mães optam pelos companheiros em detrimento dos filhos, apurou o SOL junto de polícias, comissões de menores e tribunais de família. «**Mesmo quando os pais não concordam com a retirada da criança, a Polícia pode fazê-lo contra a sua vontade, se considerar que esta corre perigo de vida**», explica ao SOL a subcomissária Aurora Dantier, da primeira divisão da PSP de Lisboa. Por exemplo, se há ameaças físicas graves, problemas de álcool e drogas ou os pais não estão em condições de assegurar os cuidados básicos ao menor.

A agente da PSP já fez muitas intervenções deste tipo e sublinha o

sofrimento das crianças no meio destes conflitos parentais. Além de serem obrigados a sair de casa porque os pais insistem em manter-se juntos, mesmo agredindo-se, muitas vezes os filhos são também levados a tomar partido de um dos progenitores. Como aconteceu no caso que envolve a apresentadora Bárbara Guimarães e Manuel Maria Carrilho, em que este arrolou o filho como testemunha (ver texto ao lado).

No caso de Isabel, a separação de mãe e filho aconteceu em plena esquadra, quando a mulher aí foi levantar uns objetos pessoais que tinham ficado com a Polícia no dia da agressão. Já não saiu de lá com o filho. Chorou, a criança também, mas cada um seguiu o seu destino.

Ana tem uma história semelhante. Contou no centro de saúde que era vítima de violência doméstica por parte do marido e que os filhos, de três e quatro anos, eram abusados sexualmente pelo pai. Foram todos acolhidos numa casa abrigo, mas, ao fim de um mês, Ana não se adaptou. Chegou até a confessar que esta casa não tinha as condições materiais a que estava habituada. Apesar de o pai ter negado os abusos, a comissão de menores

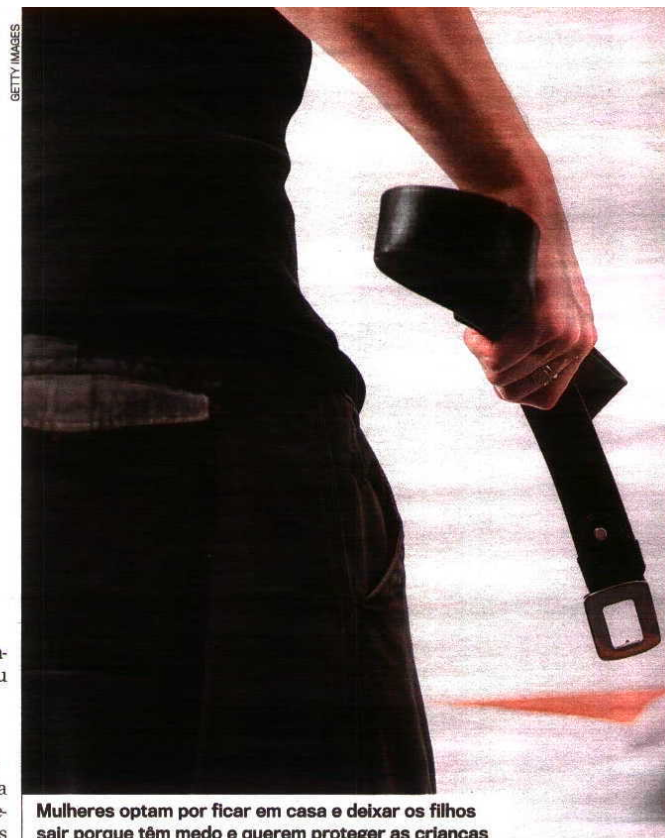
não autorizou o regresso das crianças. Mesmo assim, a mãe preferiu voltar para junto do marido.

Vítimas dependentes emocionalmente do agressor

Aurora Dantier diz que a Polícia não pode obrigar as vítimas a receberem apoio e explica que estas chegam a fazer sete tentativas até se conseguirem libertar do agressor: «**Mas as crianças não podem ficar à mercê deste entra e sai. Temos de quebrar o ciclo da violência para elas, levando-as para casa de familiares ou centros de acolhimento**», diz ao SOL.

Dados de 2014 do Relatório Anual de Segurança Interna mostram que 38% destes casos de violência foram presenciados pelos filhos. E sucedem-se as notícias de mulheres mortas pelos companheiros (este ano foram mais de 20), sendo alguns dos crimes teste-

Vítimas chegam a fazer sete tentativas para conseguirem libertar-se do agressor. «As crianças não podem ficar à mercê disto», diz PSP



Mulheres optam por ficar em casa e deixar os filhos sair porque têm medo e querem proteger as crianças

munhados também pelos filhos (ver texto ao lado).

Catarina Fernandes, presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Sintra Ocidental, diz que em muitos casos «a dependência das vítimas em relação ao agressor é muito mais emocional do que financeira».

A prova é que agora a lei dá mais condições para as mulheres se autonomizarem – como ajuda na procura de emprego e mais vagas nas casas de abrigo – mas muitas vítimas continuam a não conseguir sair de casa.

Por aquela CPCJ passam anualmente muitas dezenas de casos de violência doméstica e, apesar de os pais dizerem que os filhos não se apercebem – «costumam dizer; ‘ele estava no quarto, não ouviu’» –, as consequências para o desenvolvimento das crianças são profundas. «Os miúdos ficam destruídos», acrescenta Sandra Feliciano, presidente da outra CPCJ da vila, Sintra Oriental. Aqui o problema também está a aumentar e só este ano já foram instaurados 120 processos de promoção e proteção a menores que estavam expostos à violência entre

os pais, a maioria sinalizados pela Polícia. Alguns foram para casa de avós e tios para estarem longe dos pais.

A presidente desta comissão considera que por vezes é preciso um «abanão» para as mulheres sentirem que têm de mudar. E este pode ser dado pelos filhos, que «sentem que têm de ir à sua vida enquanto os pais se organizam». Sandra Feliciano recorda o menino de 10 anos que dizia «que tinha de sair de casa para ver se a mãe saía também». Foi exatamente o que aconteceu.

A separação, mesmo que temporária, é dolorosa, ainda mais se a criança for para uma instituição. «Mas muitos miúdos saem aliviados», reconhece Catarina Fernandes. Além disso, se continuar a haver contacto entre pais e filhos, o sofrimento é atenuado.

Há até casos em que a vítima volta para casa mas acaba por ficar sem companheiro e sem filhos. «Lembro-me de uma mãe que voltou para o companheiro, mas ele depois ficou em prisão preventiva no decorrer do inquérito. Os filhos tinham ficado com familiares», recorda



a procuradora Maria Fernanda Alves, que coordena a unidade de investigação aos crimes de violência doméstica do Departamento de Investigação e Ação Penal.

'Têm medo pelos filhos'

Os casos são distintos e têm muitas variáveis, até porque em algumas famílias a violência doméstica é apenas um entre vários problemas, como pobreza, negligência ou maus tratos, lembra João Belo, da CPCJ de Oeiras. «Aí é mais fácil retirar a criança».

Sandra Feliciano não tem dúvidas de que algumas mães gostam mesmo mais dos maridos do que dos filhos e não hesitam em escolher. Mas nem sempre isso deve ser lido como um abandono: «Às vezes preferem ficar em casa, sabendo que os filhos estão em segurança, e ajudar o marido». Esta proteção do agressor tem, por vezes, outra explicação: «Têm medo que o companheiro faça algo grave, e não querem carregar esse peso». Há homens que ameaçam suicidar-se, matar os filhos ou familiares da vítima, explica Daniel Cotrim, psicólogo da Associação Portuguesa de Apoio

à Vítima. A opção de ficar acaba por ser encarada como «um mal menor».

Há também filhos que ficam em casa para proteger a vítima do agressor, acrescenta Ricardo Simões, da Associação para a Igualdade Parental, dando o exemplo dos adolescentes. «Dizem que querem ficar com o pai, agredindo psicologicamente a mãe, só para o agressor não se vingar».

Joaquim Silva, juiz do Tribunal de Família e Menores de Sintra, sublinha a complexidade e a carga emocional destes problemas, lembrando que 90% dos miúdos culpam ambos os pais pela violência. Por isso, alerta, é preciso ter cuidado com as generalizações que põem sempre o homem no papel de agressor e a mulher no de vítima. O juiz conta que já confiou um miúdo a um pai acusado de violência porque este estava melhor com ele do que com a mãe. O mais importante, defende, «não é só punir, mas ajudar as pessoas a ultrapassarem estes problemas». Até porque as crianças, diz, a única coisa que querem é que os pais se deem bem.

*com J.F.C.

'Vi o meu padrasto matar a minha mãe'

Lurdes tinha 11 anos quando viu a mãe ser morta à facada pelo padrasto. Ainda tentou protegê-la mas o agressor empurrou-a.

«Quando eu tinha 11 anos, vi a minha mãe ser morta pelo meu padrasto. E não consegui ajuda-la». Lurdes, hoje com 23 anos, ainda não esqueceu o sentimento de impotência: «Tentei protegê-la e pôr-me à frente dele, mas o meu padrasto empurrou-me. Só me lembro de o ver com as facas e de a minha mãe lhe perguntar: 'porquê?'».

Tudo aconteceu logo pela manhã pouco depois de as duas chegarem ao restaurante onde a mãe de Lurdes trabalhava, conta ao SOL. Ele apareceu, «tirou duas facas» e começou a agredi-la. «Quando olhei outra vez vi a minha mãe caída no chão cheia de sangue».

Foi a correr para a porta da rua do restaurante gritar por ajuda. «Mas todos me viraram a cara e ninguém quis meter-se».

Há muito tempo que Lurdes assistia em casa à violência do companheiro da mãe. «Tinham decidido viver juntos há três meses e desde aí as agressões e insultos aumentaram».

O motivo, conta a jovem, seriam ciúmes sem fundamento. «O meu padrasto estava sempre a dizer que a minha mãe tinha outras pessoas, outros casos amorosos». Mas «não era nada disso», garante: «Ela trabalhava num restaurante e tinha de ser simpática com toda a gente».

«Disse-lhe várias vezes 'vamos embora daqui, vamos fu-

gir para longe'. Mas a minha mãe tinha medo do que o meu padrasto nos podia fazer às duas e optou por não sair de casa», lembra.

Reviveu tudo em tribunal em frente ao agressor

No dia em que a mãe foi assassinada, Lurdes pediu-lhe para não ir trabalhar. «Íamos as duas para o carro e um dos pneus estava furado. Achei que tinha sido o meu padrasto por vingança». A mãe desvalorizou o incidente, mudou o pneu e pôs-se a caminho do trabalho com a filha. «Disse-me para não me preocupar, mas perdi-a nesse dia».

O agressor acabou por ser condenado a 22 anos de prisão. Antes Lurdes teve, ainda com 11 anos, de depor como testemunha em tribunal. «Tive de reviver tudo à frente do meu padrasto. Foi muito doloroso».

Lurdes voltaria mais tarde a ser testemunha de violência doméstica. «Depois da morte da minha mãe fui viver com a minha irmã mais velha, que era maior de idade, e com o companheiro. Mas ela também era vítima de agressões».

Desta vez, conseguiu convencê-la a fugir. «Pedimos ajuda à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e fomos para uma casa abrigo». Ali foram acompanhadas, tiveram apoio psicológico. Nunca mais voltaram para aquela casa.

Atualmente, Lurdes vive sozinha. Licenciou-se em comunicação e marketing, trabalha e quer tirar um mestrado. «Aprendi a viver com esta dor, mas ainda me custa falar sobre isto. Hoje sou uma pessoa muito mais forte. Tenho capacidade para lutar e para nunca desistir».

Joana Ferreira da Costa

Carrilho insiste na audição do filho

Ex-ministro recorre da decisão da juíza que travou testemunho de Dinis, de 11 anos.

Manuel Maria Carrilho insiste na audição do filho de 11 anos, no âmbito do seu julgamento por violência doméstica contra a ex-mulher. E recorreu da decisão da juíza do Tribunal Criminal de Lisboa que tinha recusado ouvir Dinis.

A magistrada alegou que se corria o risco de a experiência ser perturbadora para a criança, considerando que mais tarde, se isso for essencial, pode optar por proceder à audição. Mas o depoimento de Dinis é considerado determinante pela defesa de Carrilho por contrariar a versão de Bárbara Guimaraes, que alega ter sido alvo de violência em frente aos filhos. Segundo fonte próxima do ex-ministro, «Dinis quer testemunhar a favor do pai, que o arrolou como primeira testemunha». A defesa alega que a audição de uma testemunha não pode ser travada pela juíza e contraria o argumento de perturbação da criança, recordando que esta já prestou declarações noutros processos: no Tribunal de Família e Menores, onde corre um processo de regulação do poder paternal e ao Ministério Público, em 2014, durante a investigação da queixa apresentada por Carrilho contra a apresentadora por alegado abandono e maus tratos aos filhos. O início do julgamento de Carrilho, marcado para esta quarta-feira, foi entretanto adiado pois a sua defesa levantou um incidente de suspeição à juíza.

J.F.C.



Carrilho quer filho como testemunha

«Disse-lhe várias vezes 'vamos fugir', mas a minha mãe tinha medo do que ele nos podia fazer às duas»



Sobe & Desce



SOBE João Lázaro

A Associação de Apoio à
Vítima a que preside
continua a sua importante
luta contra a violência.



SOBE Ricardo Rio

O autarca de Braga terminou
com uma parceria público-
privada que representa
poupanças imediatas.



DESCE Maria Luís Albuquerque

Basta visitar o site da Caixa Geral
de Aposentações para perceber
que os pensionistas não têm o
acesso à informação facilitado.



Menores Maus-tratos aumentaram 23%

No ano passado, o abuso sexual de crianças, adolescentes e menores dependentes aumentou 17,7%; os maus-tratos ou sobrecarga de menores cresceram 23,3% e lenocínio e pornografia de menores registou uma subida de 40,2%, segundo o último Relatório de Segurança Interna.

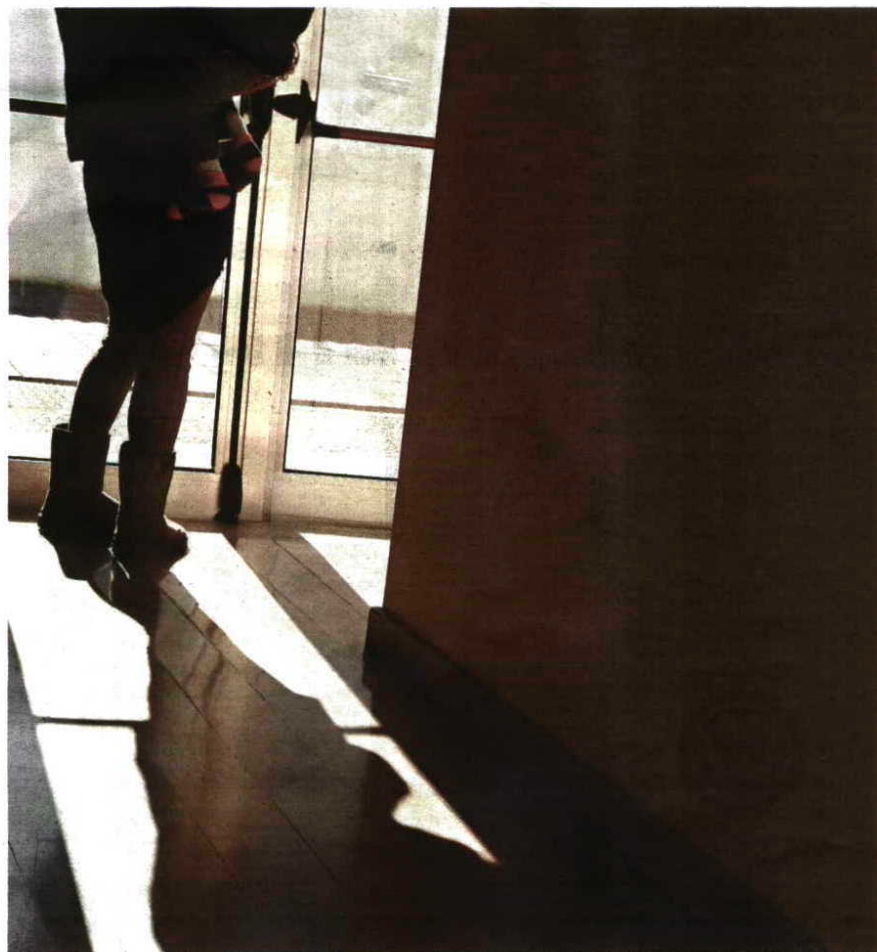


Crimes Delinquência juvenil cresceu em 2014

A delinquência juvenil apresentou, em 2014, uma tendência de crescimento contrariamente ao que tinha ocorrido no ano anterior. Foram registados mais 453 casos, o que representa um crescimento de 23,4%. Já a criminalidade grupal apresentou um decréscimo de 2,5%, de acordo com o RASI.

Crimes População portuguesa considera que violência contra menores está a aumentar, revela estudo realizado pela APAV. Dos que souberam de casos, apenas 38% comunicaram o sucedido à escola, aos pais ou às autoridades

Mais de um terço já assistiu a violência contra crianças



"Bullying", violência nas escolas e através das novas tecnologias são os atos que mais estão a crescer, dizem os inquiridos

Ana Gaspar
agaspar@jn.pt

Os portugueses consideram que as situações de violência contra crianças e jovens aumentaram nos últimos anos e mais de um terço diz que tem conhecimento direto de casos concretos. Estas são duas das conclusões de um estudo de perceção que a Associação de Apoio à Vítima (APAV) apresenta hoje em Lisboa.

Segundo os 807 inquiridos, o "bullying", a violência nas escolas, e a violência através da Internet e das novas tecnologias são as formas de agressão contra os mais novos que maior aumento têm vindo a registar. Os episódios de agressão em meio escolar entre alunos e entre alunos e profissionais de educação foi o parâmetro mais referenciado nas entrevistas (82% das pessoas ouvidas consideram que este tipo de agressão está a aumentar), seguindo-se a violência, intimidação e assédio pela Internet e novas tecnologias (80%) e o "bullying" (78%). Mas a violência no namoro (72%) e os maus-tratos em meio familiar (71%) também foram referenciados de forma significativa.

Dos total de entrevistados, 36% (292) responderam ter conhecimento pessoal de situações desta natureza contra crianças e jovens, deixando de fora os acontecimentos de que souberam através da comunicação social. Também neste caso, o "bullying" (22%) e violência em meio escolar (21%) foram o tipo atos praticados de que tiveram conhecimento direto. A negligência em meio familiar (15%) e os maus-tratos pela família (14%) aparecem a seguir na lista do tipo de casos de que souberem.

Falta de consciencialização

Para João Lázaro, presidente da APAV, estes dados vêm dar razão à aposta que a organização "tem feito na comunidade escolar". Principalmente no que diz respeito à prevenção para as novas formas de violência proporcionadas pela tecnologia. "Ainda há falta de consciencialização dos perigos", explica, acrescentando que os novos meios de comunicação proporcionam um "falso ambiente de intimidade" que atinge um "público-alvo muito maior do que se imagina".

Mais de metade das pessoas que disseram conhecer casos concretos de agressões conta crianças e jovens revelaram ainda que 56% das vítimas receberam algum tipo de apoio, prestado sobretudo pelas es-

colas (42%) e pelas famílias (37%).

Mas a percentagem desce consideravelmente (para 38%) quando a pergunta era se tinham comunicado a situação a alguma pessoa ou estrutura. Dos que responderam positivamente, 38% revelaram ter denunciado o caso junto da escola, 26% da Polícia e 31% à família. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens aparece em quarto lugar, mencionada por 19% dos inquiridos e a APAV em sexto, indicada por 5%. E só 22% disse terem informado as crianças ou jovens que poderiam recorrer à APAV.

"É um sinal de alerta para que continuemos a fazer o nosso trabalho" disse, por seu lado, Maria de Oliveira, técnica da APAV, destacando que as vítimas "não sabem a que estruturas podem recorrer, nem quais os seus direitos". A APAV lançou dois sites sobre a violência contra crianças e jovens: o "ABC Justiça" e o "APAV Para Jovens". O primeiro mais direcionado para as vítimas (como proceder, quais os direitos e as medidas de proteção), enquanto que o segundo dá informação detalhada sobre as várias formas de violência praticadas contra estas faixas etárias. ●

saber mais :

57%

consideram que a violência sexual em meio familiar é muito grave e tem impacto muito elevado na saúde física e mental da vítima.

93%

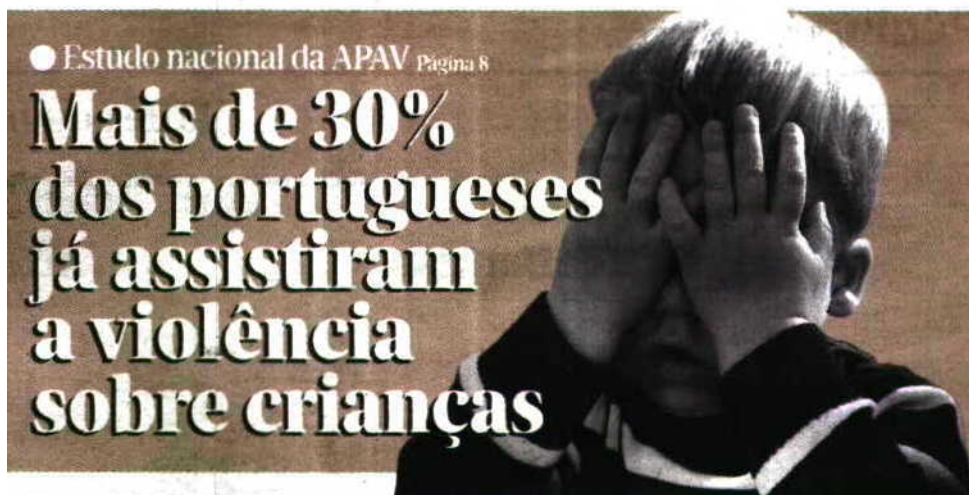
atribuem "muita importância" à prevenção e combate à violência sexual em meio familiar e 92% aos maus-tratos pela família.

Família é mais importante

● A maior parte dos inquiridos considera que a família é a estrutura mais importante na prevenção, seguida da escola e polícias.

Informação deve ser dada

● As crianças e jovens devem ser educadas sobre o que fazer nestes casos, para 64% dos inquiridos. Também 64% defendem que a informação deve ser dada pela família.



123RF



Inquiridos consideram que a violência sobre menores está a aumentar

Mais vítimas de violência

Barómetro da APAV revela que 36% têm conhecimento de casos de violência sobre crianças ou jovens.

CARLA MARINA MENDES
cmendes@destak.pt

A violência sobre crianças e jovens está a aumentar. É pelo menos esta a perceção de mais de metade dos portugueses, a julgar pelos dados do 6º Barómetro APAV/Intercampus sobre o tema, hoje apresentado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Uma impressão que adquire contornos reais: ao todo, 36% (292 de

um total de 807 inquiridos) dizem ter conhecimento pessoal de situações em que crianças ou jovens foram vítimas de algum tipo de violência, destacando-se o bullying e a violência nas escolas.

No caso destes, a falta de apoio parece ser uma constante. O relatório, a que o **Destak** teve acesso, revela que 44% das vítimas não o tiveram, sendo que, dos 56% que o conseguiram, escola (42%) e família (32%) foram as estruturas que o forneceram.

A maior parte dos inquiridos considera que os menores não sabem quais as estruturas às quais podem recorrer se forem vítimas, com 43% a defender que não têm acesso a informação adaptada à sua idade sobre as formas de violência e as estratégias de proteção.

PUB



ATUALIDADE • 04

Violência juvenil aumenta

● Inquérito da APAV conclui que mais de metade dos portugueses defende que se verificam mais agressões.

Crianças e Idosos

Para termos uma ideia ou aquilatar-mos da dimensão do problema em que se inscreve a tragédia da velhice, enumeramos alguns dados quantitativos nesse sentido.

Segundo um dos relatórios de auditoria promovida em 2013 pelo APAV/Inter-campus (apoio à vítima e respectiva sondagem), revelam a grave extensão do problema: existem cerca de 800 processos relativos a maus tratos a pessoas idosas. Desde o ano de 2000 até agora, há um aumento na ordem de mais de 17% de processos.

Cerca de 4,5% daquele número de oito centenas de processos, referem-se a maus tratos em lares e certas instituições sociais duvidosas.

Regista-se também a totalidade de cerca de 2700 chamadas telefónicas na Linha do Idos, até Outubro último de 2013.

Outra situação que bem merecia a observação e a análise de autoridades competentes, é o internamento de idosos em Lares pelas próprias familiares contra a vontade explícita, a amargura e a angústia do idoso pela saúde da sua

Fonseca Gonçalves



casa e afastamento dos seus bens, valores, recordações e objectos pessoais de dedicação e sentimentos afectivos de uma vida. O montante de estas situações inquietantes ascende a cerca de 13% dos 800 processos. Mais reprovável quando esse forçado internamento, procede de familiares bem remediados economicamente e em alguns casos são mesmo detentores de riqueza material. Já que de riqueza espiritual são muito pobres. Outras soluções humanistas se podiam configurar então nestes casos.

- PSP – Policia de Segurança Pública, como autoridade que zela pela grei, pela ordem e segurança, tem sido de modo geral muito prestável e a quem se devemos melhores encómios na atenção e cuidados prestados a pessoas de idade ou de idosos.

Através do “Programa de policiamento de proximidade com o cidadão”, em particular quando muito isolado de pessoas ou muito debili-

tado na sua vida activa.

Esta acção meritória, contempla não só a visita pessoal às habitações das pessoas, dialogando com elas, inteirando-se do seu estado de saúde e de necessidades farmacêuticas e alimentares, como fazendo o seu registo de dados, dando conselhos de segurança física e de prevenção de risco de assaltos.

E providencia a troca de comunicação telefónica, com a Policia em caso de perigo ou alerta.

São atitudes e contribuições generosas que dignificam a corporação e tornam esta imprescindível pelo cidadão, em especial de idade avançada e fragilizado.

E que devia ser bem conhecida, respeitada e elogiada por toda a comunidade. E para quem tem maiores graus de poder, autoridade e funções afins.

A lei da vida, talvez um dia, nos faça precisar de essa atenção e actuação.



ID: 61399441

14-10-2015

Mais de um terço dos portugueses conhece crianças ou jovens alvo de violência



Conhece pessoalmente situações em que crianças ou jovens foram vítimas de algum tipo de violência? Aconteceu na escola? Na seio da família? Noutros contextos? Mais de um terço (36%) dos portugueses dizem que sim, que têm conhecimento pessoal desse tipo de casos.

São resultados do Barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e da Intercampus, que revelam também que “mais de metade dos inquiridos tem a percepção de que as situações de violência contra crianças e jovens aumentaram nos últimos anos”.

Foram contempladas mais perguntas. As respostas serão apresentadas na sede da APAV, em Lisboa, nesta terça-feira. “Nas situações de violência praticada contra crianças e jovens de que teve conhecimento, comunicou a situação a alguma pessoa e/ou estrutura?” Mais de

metade dos inquiridos (62%) responderam: “Não.”

“Nas situações de violência praticada contra crianças e jovens de que teve conhecimento, a criança ou jovem vítima alguma vez recebeu algum tipo de apoio?” Quase metade (44%) responderam, uma vez mais: “Não.”

Dos inquiridos que declararam ter conhecimento pessoal de uma criança ou jovem vítima de violência, 22% referiram bullying e um número semelhante (21%) episódios de violência escolar; 15% disseram conhecer casos de negligência em meio familiar e 14% de maus tratos em meio familiar.

Destinado avaliar a “percepção da população portuguesa sobre a violência contra crianças e jovens”, o barómetro foi feito com base em 807 entrevistas, realizadas pela empresa de estudos

de mercado Intercampus. A amostra é constituída por maiores de idade, de todo o país.

Noção da gravidade

Os dados mostram que a maior parte das pessoas que conhecem crianças ou jovens vítimas de alguma forma de violência estão convictas de que elas não tiveram apoio para ultrapassar a situação. Quando ele acontece, diz ainda quem participou no estudo, são a escola (42%), em primeiro lugar, e a família (37%), em segundo, as duas “estruturas” que mais o prestam. Mais residual é a intervenção da polícia (17% dos casos em que, de acordo com os inquiridos, houve algum tipo de apoio), da comissão de protecção de crianças e jovens (16%), dos serviços de saúde (também 16%), ou de psicólogos (6%).

Sociedade

VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS SEM PERDÃO

Catarina Guerreiro
caterina.guerreiro@sol.pt

Cinco jovens foram acusados de tentativa de homicídio de um rapaz, que espancaram após um jogo de rãguebi em Cascais. Peritos admitem que decisão pode ser exemplar para combater as agressões entre grupos de classe alta.

O Ministério Público acusou cinco jovens, de 'boas famílias' de Cascais de tentativa de homicídio de um miúdo de 18 anos, de um grupo rival de Lisboa. Em causa está uma agressão, quase fatal, ocorrida em janeiro de 2014, após um jogo de rãguebi no Dramático de Cascais. E que, na altura, desmascarou um fenómeno recente e escondido: a violência extrema e gratuita entre jovens de classe alta.

Segundo a acusação do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Cascais, a que o SOL teve acesso, os arguidos – entre os 18 e os 22 anos, alguns familiares de magistrados – «quiseram de comum acordo» matar a vítima por uma «ininharia».

O despacho do DIAP sustenta que os arguidos agiram «imbuidos de intolerância e mesquinhaz, determinados a molestar

gravemente o assistente e a tirar-lhe a vida» apenas por um amigo seu ter tido desavenças no Algarve e na Discoteca Urban, em Lisboa, com um dos jovens do grupo agressor.

Os cinco foram agora acusados (14 de setembro), em «co-autoria material», de um «crime de homicídio qualificado, na forma tentada», podendo ser condenados a penas de prisão superiores a três anos. A defesa dos arguidos – que estão em liberdade – pode requerer a abertura de instrução ou optar por seguir já para julgamento.

Socos e pontapés

A rivalidade entre estes grupos de miúdos de classe alta, de Lisboa e de Cascais, existia já há algum tempo e costumava originar cenas de pancadaria.

Naquela tarde de 11 de janeiro de 2014 a situação foi ao limite. No fim do jogo de rãguebi entre a equi-

pas do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais e a do Grupo Desportivo do Direito, a vítima, então com 17 anos, e um amigo dirigiram-se para o parque de estacionamento. Quando se encontravam na rampa para a saída, foram abordados por dois dos jovens arguidos – que são primos e pertencem a uma família de magistrados, incluindo uma procuradora da República do círculo de Cascais.

Um deles perguntou à vítima se se lembrava da sua cara e, antes de ainda de qualquer resposta, deu-lhe um soco no ouvido direito, o

que o fez cair no chão. Enquanto isso, o seu primo batia no outro rapaz – que conseguiu fugir para pedir ajuda.

Ficaram então os três sozinhos: a vítima deitada no chão e os dois arguidos que, sem parar, continuaram a dar-lhe socos e pontapés no tronco e na cabeça. Chegou entretanto um terceiro elemento do grupo de Cascais que, ao ver que o jovem estava a ser agredido pelos amigos, decidiu também agredi-lo com o capacete da moto. Ao mesmo tempo que se sucediam vários socos e pontapés na cabeça e na face

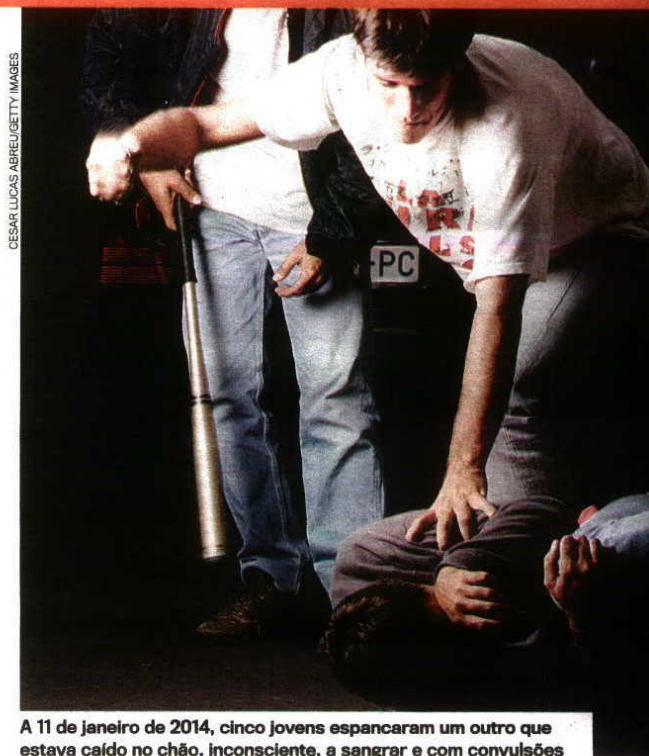
do adolescente, surgiram mais dois elementos do grupo que começaram também a dar-lhe pontapés. No chão, inconsciente, o jovem sangrava abundantemente e tinha convulsões. O ataque só parou quando apareceram mais pessoas, nomeadamente duas amigas da vítima, uma delas neta do fadista Carlos do Carmo e do advogado Vieira de Almeida, que o tentaram proteger.

Mas as agressões já tinham sido tantas que as consequências foram graves: a vítima sofreu lesões neuropsicológicas e psiquiátricas graves, sustentadas em relatórios médicos.

Acusação 'inédita'

Tânia Homos, psicóloga clínica do serviço de psiquiatria do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, que tem seguido vários jovens com traumas resultantes de agressões físicas e psicológicas, garante que esta acusação é importante por mostrar que os atos podem ter consequências.

«É inédito», diz, explicando que em regra, quando se trata de «filhos de gente importante, não acontece nada». A psicóloga, e também profissional acreditada de *coaching*, recorda, aliás, um caso recente que testemunhou. Quando foi à escola de uma criança que estava a seguir e que

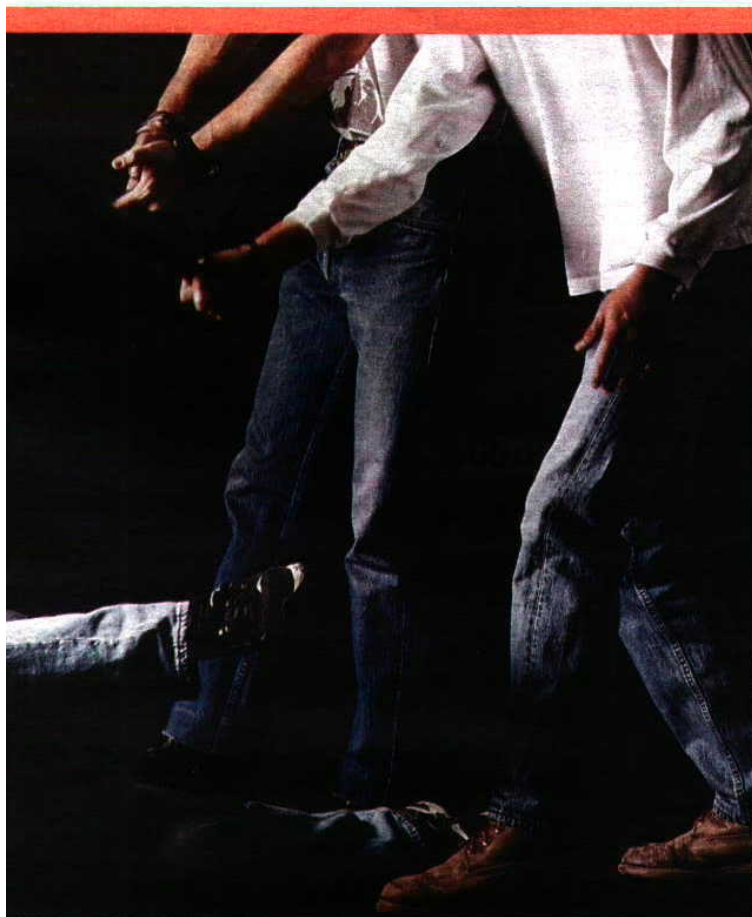


A 11 de janeiro de 2014, cinco jovens espancaram um outro que estava caído no chão, inconsciente, a sangrar e com convulsões

Agressores identificados

O Ministério Público de Sesimbra já identificou três jovens que espancaram brutalmente João, um jovem estudante do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, que tinha ido passar o fim do ano naquela vila, com um grupo de jovens de 'boas famílias' da capital. Para identificar os agressores, as autoridades contaram com a ajuda das imagens registadas pela câmara de vídeo do hall do hotel onde João foi agredido na madrugada de 1 de janeiro de 2014. As investigações à queixa por tentativa de homicídio ainda decorrem, estando a acusação prevista para breve, apurou o SOL. Mas João será, entretanto, chamado para fazer a identificação dos suspeitos. Por encontrar ficou a arma branca com a qual o jovem foi esfaqueado na cara e no pescoço.

J.F.C.



era vítima de *bullying*, a diretora do estabelecimento disse-lhe que era preciso ter cuidado porque as famílias dos supostos agressores eram «**muito influentes**».

Também João Lázaro, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), considera que estas decisões são de extrema importância porque «**incentivam as vítimas, que sofrem caladas, a denunciar as situações**». Sem comentar este caso específico, que não conhece com detalhe, o responsável da APAV sublinha, no entanto, o papel que pode ter: «**Em certas contextos, os códigos de silêncio são a regra de ouro e por isso, quando alguém leva os casos até às últimas consequências e se consegue fazer justiça, serve de exemplo para outras vítimas**».

'Os pais têm de impor limites'

Pouco depois da agressão no dia do jogo de rãguebi, o técnico de acompanhamento Manuel Matias, amigo da família da vítima, tentou «**fazer a mediação entre os dois grupos rivais**».

«**Falei com os jovens envolvidos, incluindo a vítima, os agressores e as testemunhas**», contou ao SOL, admitindo ter ficado perturbado com aquilo a que assistiu. «**Quando perguntei a alguns agressores porque tinham bati-**

do daquela maneira no jovem, disseram-me que não sabiam porque agiram assim. Responderam-me coisas do género 'não sei, não pensei nisso'», conta o terapeuta, que acabou por não dar seguimento a este trabalho de mediador por o caso ter, entretanto, seguido pelas vias judiciais.

Para Manuel Matias não há, porém, dúvida de que a violência entre este tipo de jovens está a registar maior agressividade, estando muitas vezes «**associado ao consumo de álcool**». Além disso, nota, há falta de projetos de vida, o que resulta muitas vezes do facto de hoje em dia se ter experiências precoces a nível da sexualidade e da criminalidade. Solução? «**Os pais têm de estar presentes e impor limites**», aconselha Manuel Matias.

Tânia Homos concorda. «**A fórmula para acabar com esta violência é os jovens terem afetos, mas também regras, coerência e limites**», diz, considerando ser urgente acabar com uma certa atitude ultraprotetora dos pais. «**Hoje em dia, quando uma mãe é chamada à escola porque uma professora ralhou ao filho, é costume pensar: 'Mas quem ela para fazer isso ao meu filho?'**».

O SOL tentou contactar a vítima e a sua família, que não quiseram falar.

Há mais queixas de violência física no namoro do que no casamento

Ministério da Administração Interna divulga relatório anual sobre violência doméstica que estava pronto desde Agosto. Estatísticas mantêm-se semelhantes às dos anos anteriores

Crime
Ana Henriques

As queixas apresentadas às autoridades em 2014 por violência física nas relações de namoro superam as das pessoas casadas. A informação consta do mais recente relatório de monitorização de violência doméstica do Ministério da Administração Interna, um documento que, apesar de estar pronto desde Agosto passado, só agora foi divulgado.

“Constata-se que a proporção mais elevada de casos em que foi assinalada violência física se registou nas situações de violência doméstica entre namorados”, pode ler-se no relatório. Trata-se de um conceito alargado de namoro, que engloba não apenas adolescentes mas também parceiros com mais idade: a média etária dos casos analisados situa-se nos 28 anos. O surgimento, nas estatísticas, da violência no namoro poderá ser, porém, apenas a revelação pública de um fenómeno que, segundo uma responsável da associação União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), Elisabete Brasil, sempre ocorreu: “A violência no namoro não é uma novidade. O que acontece é que dantes estas agressões não eram contabilizadas como violência doméstica”.

Só em Fevereiro de 2013 o Código Penal passou a considerar crime de violência doméstica as agressões entre namorados e também entre ex-namorados. E se as mais recentes estatísticas dão conta de uma elevada proporção de participações apresentadas às autoridades por violência física no namoro – 89% de todas as queixas relativas a agressões no namoro referem-se a agressões físicas –, as queixas por violência psicológica não ficam muito atrás: somam 73%. Já na violência entre cônjuges as agressões psicológicas reportadas à PSP e à GNR têm primado, ainda que não muito significativo, sobre as físicas. No caso do namoro, a explicação para as queixas pode ser simples: ainda não passou tempo suficiente para as vítimas se acomodarem à agressão.

“Há situações de violência doméstica que começam logo no namoro e continuam no casamento”, descreve Elisabete Brasil, a quem já algumas mulheres disseram que sentem como mais devastador o impacto das agressões psicológicas do que o das físicas. E se a violência física foi uma constante de 70% dos casos reportados em 2014, a psicológica motivou ainda mais queixas.

Quer numa situação quer noutra, o problema é prová-las: 77% dos inquéritos abertos pelo Ministério Público por este tipo de crime são arquivados, na maioria das vezes por falta de provas. O relatório anual do Ministério da Administração Interna descreve o destino dos poucos casos que conseguem chegar às salas de audiências dos tribunais, para serem julgados: “De um total de 2954 sentenças transitadas em julgado entre 2012 e 2014, cerca de 58% resultou em condenação e cerca de 42% em absolvição. Na maioria das condenações (96%) a pena de prisão foi suspensa”.

A especialista da UMAR pensa que nesta matéria há ainda muito a fazer, mesmo sendo impossível, pelo sistema jurídico penal português, inverter o ónus da prova – isto é, ser o suspeito a ter de provar em tribunal que não praticou as agressões de que é acusado. Elisabete Brasil aponta sobretudo para as perícias forenses que podiam ser feitas às vítimas, quer para indiciar os maus tratos psicológicos de que tenham sido alvo quer para validar os seus testemunhos no tribunal.

Além da violência física e psicológica, o trabalho do Ministério da Administração Interna identifica ainda a violência doméstica do tipo económico – muitas vezes praticada contra ascendentes, por filhos e netos que se apropriam das suas pensões, por exemplo – e do tipo social. É o caso do marido que tenta limitar ao máximo os contactos sociais da companheira, as suas saídas à rua, promovendo o seu isolamento para melhor a controlar.

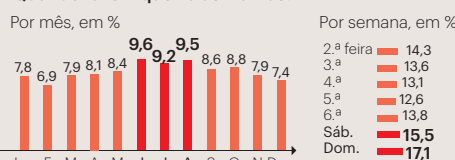
No que a estes tipos de crimes concerne, as mulheres são as vítimas mais típicas, mas não as úni-

Violência doméstica: quem são as vítimas e os denunciados

Total de ocorrências registadas pela PSP e GNR



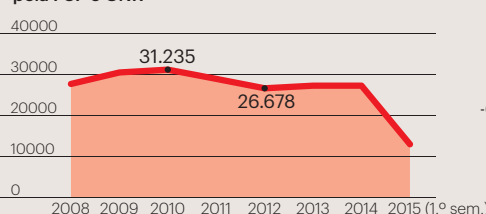
Quando fazem queixa as vítimas?



Regiões com maior e com menor ocorrência



Evolução do n.º de ocorrências registadas pela PSP e GNR



Fonte: Violência Doméstica 2014, Relatório Anual de Monitorização, MAI

Os meses de Verão são os mais propícios à violência doméstica, tal como os fins-de-semana

cas: nos escalões etários abaixo dos 18 anos a taxa de feminização da violência doméstica é de apenas 63%, contra 91% no escalão etário imediatamente seguinte, dos 18 aos 24 anos. Os homens são sobretudo vítimas de violência doméstica em crianças, constituindo muitas vezes danos colaterais das agressões do pai contra a mãe, e depois mais tarde, quando chegam a velhos e os filhos os maltratam.

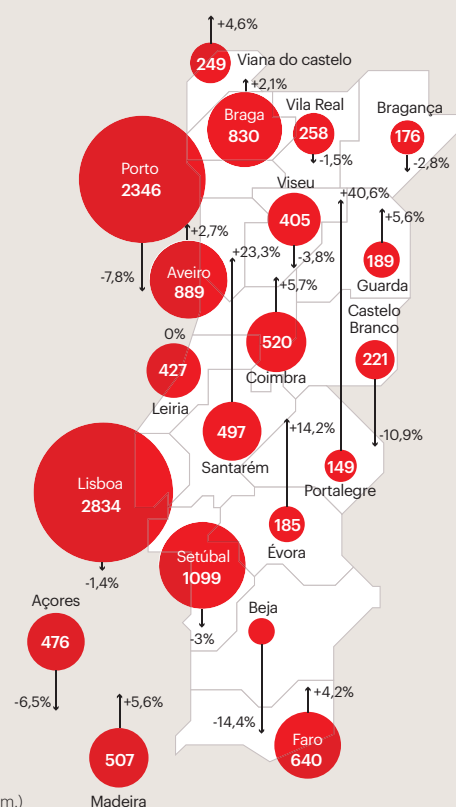
Números semelhantes

Em termos globais, a violência doméstica manteve-se estável entre 2014 e 2015, mostra o relatório, que apresenta já estatísticas do primeiro semestre deste ano. Assim, neste

último período foram apresentadas às forças de segurança 12.998 participações. “Comparativamente ao período homólogo de 2014 verificaram-se menos 73 participações, o que corresponde a uma taxa de variação negativa de -0,6%”, indica o estudo. Uma tendência contrariada, porém, nalguns distritos do país: Portalegre, que registou um aumento de queixas superior a 40%, Santarém e Évora. Beja destacou-se pela positiva nos primeiros seis meses de 2015, com menos violência reportada que no período homólogo anterior. Já no que à taxa de incidência por mil habitantes diz respeito, a região autónoma dos Açores destacou-se no ano passado a nível

Por distrito/comando
1.º semestre de 2015

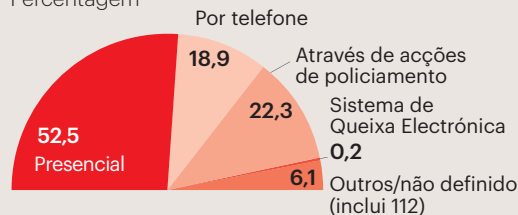
● Ocorrências registadas
↑ Variação face ao 1.º sem. 2014
↓





Como fazem queixa?

Percentagem



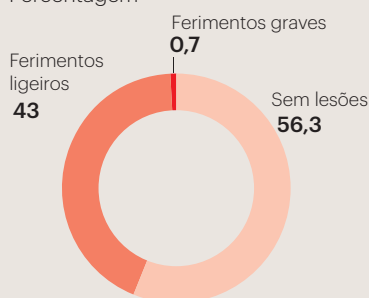
Violência na presença de menores?

Percentagem



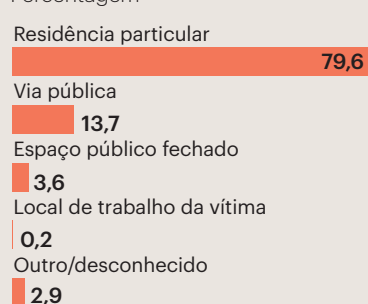
Consequências para vítima

Percentagem



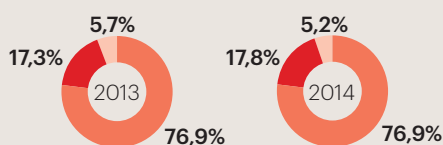
Onde acontece?

Percentagem



Evolução dos inquéritos por violência doméstica*

Arquivamento
Acusação
Suspensão



*dados provenientes de 178 serviços do Ministério Público, o que corresponde a cerca de 77% do total

Perfil de vítima e do denunciado

Percentagem

VÍTIMA

- 84,8% dos casos mulher
- 76,8% entre os 25 e os 65 anos
- 41,1% casada
- 24,6% 9.º ano
- 21,1% dependem economicamente do denunciado



DENUNCIADO

- 87% dos casos homem
- 85,6% entre os 25 e os 65 anos
- 43% casado
- 24,2% tem o 9.º ano
- 14,8% depende economicamente da vítima
- 40,8% tem problemas relacionados com álcool
- 8,7% têm arma

PÚBLICO

nacional por bater recordes de queixas de agressões.

Seja como for, as ocorrências participadas no distrito de Lisboa representaram em 2014 mais de um quinto do total nacional, que se cifrou em 27.317 participações às autoridades. Seguem-se o Porto, Setúbal, Aveiro e Braga. O relatório destaca o contraste de um país dividido, também nesta questão, entre o litoral e o interior: “Nos primeiros são registadas mais participações”.

Os meses de Verão são os mais propícios à violência doméstica, tal como os fins-de-semana. “Quase metade das situações tiveram como consequência para a vítima ferimen-

tos ligeiros e em 56% dos casos foi registada a ausência de lesões”, refere o mesmo documento, que não contabiliza, porém, os casos de homicídio, uma vez que já não são da competência do Ministério da Administração Interna, que tutela a PSP e a GNR, e sim da Polícia Judiciária, que depende do Ministério da Justiça. Em 38% dos casos os episódios de violência foram presenciados por menores.

A violência doméstica parece ser mais praticada por pessoas empregadas do que por desempregadas, apresentando-se como menos comum entre aqueles que frequentaram o ensino superior e também entre quem vive em união de facto.

Violência doméstica. Três queixas registadas por hora só neste ano

Balanço. Quase 13 mil casos de maus-tratos físicos registados neste ano pelas autoridades. As próprias vítimas fizeram a maioria das denúncias

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

Mariana, de 26 anos, foi viver com o namorado ao fim de três meses de relação. "Fi-lo mais para fugir de casa dos meus pais porque o meu pai não me deixava fazer nada fora de casa a partir da meia-noite", explicou, na altura, a enfermeira no posto da GNR de Leiria. Acabou por se ver envolvida numa situação de perigo quando foi brutalmente agredida por João, numa madrugada de sábado para domingo, depois de um jantar alegre entre amigos. Tinham passado apenas seis meses de vida em comum e a agressão foi "sem aviso prévio e por causa das gargalhadas que dei com um dos amigos dele", disse a vítima quando fez a denúncia formal em julho deste ano.

Uma história que encaixa nas características dos casos mais comuns: os maus-tratos acontecem mais no verão, mais à noite e de madrugada, mais ao fim de semana do que durante a semana e mais entre namorados do que entre casados. Uma súmula que consta do "Relatório de Monitorização", da Secretaria-

Geral do Ministério da Administração Interna (MAI), que contabiliza que há três novos casos denunciados às autoridades por maus-tratos em contexto de violência doméstica a cada hora. Dados que não incluem os homicídios conjugais. Ou seja: desde janeiro a junho deste ano foram registados 12 998 casos de violência doméstica pela GNR e pela PSP no país todo – uma média de 71 por dia, fora os casos de agressões físicas e psicológicas que acontecem entre paredes mas que nem chegam ao conhecimento dos órgãos de polícia criminal.

Porém, contra todas as expectativas, o mesmo documento revela que a maioria dos casos que são investigados foram-no por iniciativa da vítima. "A intervenção policial ocorreu geralmente motivada por um pedido da vítima (77,5%) e apenas em 11% dos casos foram familiares, vizinhos ou denúncias anónimas", diz o documento finalizado em agosto mas só agora divulgado pelo MAI. Mesmo os dados relativos aos doze meses do ano passado revelam que foram participadas às

NÚMEROS

12 998

casos registados neste ano

Segundo o mesmo relatório, foram registados pelas autoridades policiais quase 13 mil denúncias de maus-tratos no primeiro semestre deste ano.

1000

efetivos da GNR e da PSP

As forças de segurança contabilizam quase mil agentes da GNR e da PSP a trabalhar especificamente na prevenção deste fenómeno criminal.

27 317

registos no ano passado

Segundo dados do mesmo relatório do MAI e da CIG, foram registados no ano passado mais de 27 mil casos de vítimas de maus-tratos físicos e psicológicos.

polícias 2276 queixas de maus-tratos por mês, 75 por dia e três casos por hora. Os distritos onde se verificam mais ocorrências são Lisboa e Porto, seguidos de Setúbal, Aveiro e Braga. Porém, o panorama não é totalmente negativo: analisando o número global de ocorrências – de 2008 a 2014 –, não há registos de aumento destes casos. Em 80% dos casos, os maus-tratos ocorreram numa casa particular, geralmente da vítima e do agressor.

O relatório anual do MAI descreve a conclusão a que a justiça chegou nos vários casos que investigou. A maioria dos casos (77%) acabaram em arquivamento por falta de provas. De um total de 2954 sentenças transitadas em julgado entre 2012 e 2014, cerca de 58% resultaram em condenação e cerca de 42% em absolvição. Na maioria das condenações (96%), a pena de prisão foi suspensa (média de quatro anos).

Ajuda financeira no imediato

As mulheres vítimas de violência doméstica e que precisem, com urgência, de ajuda financeira podem passar a receber de uma vez só os dois mil e 200 euros a que têm direito (valor médio). As novas regras foram publicadas em *Diário da República* no dia 1 de setembro e passou a prever que as vítimas de maus-tratos possam ter em sua posse o valor total da indemnização atribuída pela Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes. Até aqui, formalmente, recebiam esse valor, mas em parcelas distribuídas por seis meses – o que dava um valor médio de cerca de 370 euros por mês. A alteração à lei refere que "excecionalmente, de especial situação de carência, pode o montante do adiantamento da indemnização ser concedido numa única prestação".

24 mulheres mortas no país até setembro

BALANÇO Os dados são da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) e revelam que foram 376 as mulheres mortas em dez anos (de 2004 a 2014). No ano passado, registaram-se 42 casos. Já neste ano, segundo dados contabilizados até setembro, foram contabilizadas 24 mortes de mulheres às mãos dos ex ou atuais companheiros, ex ou atuais namorados ou ex ou atuais maridos. As mulheres são maioritariamente as vítimas e os homens maioritariamente os condenados. Inúmeras campanhas de sensibilização têm sido realizadas nos últimos anos como a do ano passado em Lisboa, que decorreu no Terreiro do Paço, como forma de alertar para os casos de homicídios em contexto conjugal.





ID: 61498862

21-10-2015

Há mais queixas de violência física no namoro do que no casamento



As queixas apresentadas às autoridades em 2014 por violência física nas relações de namoro superam as das pessoas casadas. A informação consta do mais recente relatório de monitorização de violência doméstica do Ministério da Administração Interna, um documento que, apesar de estar pronto desde Agosto passado, só agora foi divulgado.

“Constata-se que a proporção mais elevada de casos em que foi assinalada violência física se registou nas situações de violência doméstica entre namorados”, pode ler-se no relatório. Trata-se de um conceito alargado de namoro, que engloba não apenas adolescentes mas também parceiros com mais idade: a média etária dos casos analisados situa-se nos 28 anos. O surgimento, nas estatísticas,

da violência no namoro poderá ser, porém, apenas a revelação pública de um fenómeno que, segundo uma responsável da associação União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), Elisabete Brasil, sempre ocorreu: “A violência no namoro não é uma novidade. O que acontece é que dantes estas agressões não eram contabilizadas como violência doméstica”. Só em Fevereiro de 2013 o Código Penal passou a considerar crime de violência doméstica as agressões entre namorados e também entre ex-namorados. E se as mais recentes estatísticas dão conta de uma elevada proporção de participações apresentadas às autoridades por violência física no namoro – 89% de todas as queixas relativas a agressões no namoro referem-se a agressões físicas -, as

queixas por violência psicológica não ficam muito atrás: somam 73%. Já na violência entre cônjuges as agressões psicológicas reportadas à PSP e à GNR têm primado, ainda que não muito significativo, sobre as físicas. No caso do namoro, a explicação para as queixas pode ser simples: ainda não passou tempo suficiente para as vítimas se acomodarem à agressão. “Há situações de violência doméstica que começam logo no namoro e continuam no casamento”, descreve Elisabete Brasil, a quem já algumas mulheres disseram que sentem como mais devastador o impacto das agressões psicológicas do que o das físicas. E se a violência física foi uma constante de 70% dos casos reportados em 2014, a psicológica motivou ainda mais queixas.



PRESIDENTE DA CÂMARA VISITOU ONTEM INSTALAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE APOIO À VÍTIMA

Autarquia quer melhorar condições do gabinete da APAV



Ricardo Rio enalteceu o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela associação

A autarquia quer dotar o Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Braga de melhores condições de atendimento e funcionamento.

A vontade foi manifestada ontem pelo presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, durante uma visita ao gabinete instalado no edifício da Junta de Freguesia de S. Victor e

que ontem abriu as portas à comunidade.

De acordo com o edil, em cima da mesa estão duas possibilidades. «O GAV poderá transitar para as novas instalações da Junta de Freguesia, a antiga escola Francisco Sanches, ou manter-se na atual sede e ficar com um espaço mais amplo», disse, notando que ambas as possibilidades depen-

dem também do modelo de funcionamento que a própria APAV irá adotar para o GAV de Braga.

Ricardo Rio adiantou que o município e a APAV estão a estudar a celebração de um protocolo, admitindo a possibilidade de uma «colaboração mais alargada» com aquela organização.

Tal como referiu, esta

colaboração poderá envolver apoios por parte do município, tendo em conta a mais-valia do serviço que a APAV desenvolve com a comunidade bracarense, e até um enquadramento em candidaturas existentes para projetos no âmbito da inclusão social e do combate a fenómenos como a violência.

Ontem, o Gabinete de apoio à Vítima levou a cabo a iniciativa "Open Day APAV", que teve por objetivo mostrar à comunidade o trabalho que o Gabinete de Apoio à Vítima de Braga tem vindo a desenvolver no apoio às vítimas de violência.

Na ocasião, Ricardo Rio enalteceu o trabalho «extremamente meritório» que aquela organização desenvolve não só no atendimento às vítimas de violência doméstica como em matéria de ações de prevenção junto da população.



Município e APAV ampliam colaboração

RICARDO RIO participou no Open Day da APAV e revelou que está a ser estudada a celebração de um protocolo entre o município e aquela organização tendo em vista uma “colaboração mais alargada”.

CULTURA

| Redacção |

Mostrar à comunidade o trabalho que o Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Braga desenvolve no apoio às vítimas de violência foi o objectivo do Open Day APAV que decorreu ontem e contou com a visita do presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio. O GAV está instalado na sede da Junta de Freguesia de S. Victor.

Neste Open Day, no qual participaram várias personalidades e entidades parceiras da APAV, Ricardo Rio enalteceu o trabalho “extremamente meritório” que aquela organização desenvolve, não apenas através do atendimento às vítimas de violência, como também em matéria de acções de prevenção e informação junto da população, em especial dos mais jovens.

Na ocasião, o presidente da câmara deu também conta das diligências que estão a ser efectuadas para dotar o GAV de melhores condições de atendi-

mento e funcionamento. Segundo Ricardo Rio, em cima da mesa estão duas possibilidades. “

O GAV poderá transitar para as novas instalações da junta de freguesia, na antiga escola Francisco Sanches, ou manter-se na actual sede e ficar com um espaço mais amplo”, referiu, notando que ambas as possibilidades dependem também do modelo de funcionamento que a própria APAV irá adoptar para o GAV de Braga.

Ricardo Rio adiantou que o Município e a APAV estão a estudar a celebração de um protocolo, admitindo a possibilidade de uma “colaboração mais alargada” com aquela organização.

Segundo referiu, esta colaboração poderá envolver apoios por parte do Município, tendo em conta a mais-valia do serviço que a APAV desenvolve com a comunidade bracarense, e até um enquadramento em candidaturas existentes para projectos no âmbito da inclusão social e do combate a fenómenos como a violência.



Ricardo Rio visitou GAV da APAV, que funciona na sede da Junta de São Victor

DR

Aumentam casos de violência doméstica

Números do Relatório Anual de Segurança Interna ainda não são conhecidos, mas as autoridades reconhecem que houve crescimento

●●● A PSP de Aveiro deteve um homem por suspeita da prática do crime de violência doméstica. A PSP de Coimbra foi chamada a resolver uma situação de agressão entre um casal. A GNR deteve uma pessoa por agressão ao companheiro.

As notícias sucedem-se todos os dias, atingem todas as idades e classes sociais. E, de acordo com o que o DIÁRIO AS BEIRAS apurou junto de fonte policial “estão a aumentar”. Os dados ainda não foram divulgados, uma vez que só são conhecidos no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI). Porém, a mesma fonte lembra que acontecem “todos os dias”.

Neste momento o Tribunal de Soure está a julgar um homem que matou a mulher e a filha, e deixou outra gravemente ferida, numa situação de violência doméstica extrema.

Felizmente não é sempre este o desfecho e, muitas vezes, o agressor acaba de-



DR

Número de vítimas será conhecido no RASI

tido pelas autoridades.

A agência Lusa divulgou que só em 2014, foram assassinadas em média quatro mulheres por mês em Portugal no contexto de relações de intimidade, segundo dados do relatório anual do Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA), da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), que dão conta da morte violenta de 40 mulheres, em 2014.

Na região Centro, segundo o Gabinete de Apoio à

Vítima (GAV) de Coimbra, foram registados 1.038 crimes de violência doméstica em 2014, em que a grande maioria das vítimas é do sexo feminino (86,5%).

| Rute Melo



Violência doméstica já provocou a morte de 40 mulheres este ano

Violência doméstica

Valor supera as médias registadas em 2013 e 2014 e deu origem, segundo a GNR, a 122 crianças órfãs

A GNR anunciou ontem que, este ano, já morreram 40 mulheres portuguesas por violência doméstica, valor que supera as médias registadas em 2013 e 2014, no *Relatório Anual da Segurança Interna*.

Em comunicado, o Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) do Comando Territorial de Lisboa da GNR refere que, segundo dados oficiais, durante este ano, “já morreram às mãos de parceiros ou familiares próximos 40 mulheres portuguesas, provocando a existência de 122 crianças órfãs”.

No ano passado, e de acordo com a então secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade Teresa Morais, tinham sido assassinadas 32 mulheres, em contexto familiar, até final de Novembro. Números do observatório da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), divulgados no final do ano passado, referiam a morte de 40 mulheres em 2014, a maioria às mãos de actuais ou ex-companheiros, apontando ainda que 46 conseguiram escapar a tentativas de homicídio.

Os números da UMAR resultam do tratamento de dados, recolhidos



através dos casos de violência doméstica, noticiados na imprensa. Em 2013, os dados do *Relatório Anual da Segurança Interna* apontavam para 40 homicídios conjugais, dos quais 30 eram mulheres.

Segundo sublinha a GNR, o Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) tem-se dedicado a investigar processos relacionados com violência doméstica e maus tratos e, nesse âmbito, realizou, desde o início do ano, 27 operações de busca, apreendendo 42 armas de fogo e 1480 munições. Além disso, realizou 27 detenções, que culminaram com a aplicação a estes suspeitos da medida de coacção de prisão preventiva, e a retirada de 15 menores vítimas de maus tratos por parte de familiares.

Relatório Morreram 40 portuguesas este ano, vítimas de parceiros ou familiares

Violência doméstica deixou 122 crianças órfãs

► A GNR anunciou ontem que, este ano, já morreram 40 mulheres portuguesas por violência doméstica, valor que supera as médias registadas em 2013 e 2014, no Relatório Anual da Segurança Interna.

Em comunicado, o Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) do comando territorial de Lisboa da GNR refere que, segundo dados oficiais, e durante este ano, "já morreram às mãos de parceiros ou familiares próximos 40 mulheres portuguesas, provocando 122 crianças órfãs".

No ano passado, e de acordo com a então secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, tinham sido assassinadas 32 mulheres, em

contexto familiar, até-final de novembro.

Números do observatório da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), divulgados no final do ano passado, referiam a morte de 40 mulheres em 2014, a maioria às mãos de atuais ou ex-companheiros, apontando ainda que 46 conseguiram escapar a tentativas de homicídio.

Os números da UMAR resultam do tratamento de dados, recolhidos através dos casos de violência do-

méstica noticiados na imprensa.

Em 2013, os dados do Relatório Anual da Segurança Interna apontavam para 40 homicídios conjugais, dos quais 30 de mulheres.

27 operações de busca

Segundo sublinha a GNR, o NIAVE tem-se dedicado a investigar processos relacionados com violência doméstica e maus-tratos e, nesse âmbito, realizou, desde o início do ano, 27 operações de busca, apreendendo 42 armas de fogo e 1480 munições.

Além disso, realizou 27 detenções, que culminaram na aplicação a estes suspeitos da medida de coação de prisão preventiva, e a retirada de 15 menores vítimas de maus-tratos por familiares.●

**Números superam
as médias registadas
nos últimos anos**



ID: 61597082

28-10-2015

Violência doméstica já matou 40 mulheres este ano

A GNR anunciou ontem que, este ano, já morreram 40 mulheres portuguesas por violência doméstica, valor que supera as médias registadas em 2013 e 2014, no Relatório Anual da Segurança Interna.

Em comunicado ontem divulgado, o Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) do comando territorial de Lisboa da GNR refere que, segundo dados oficiais, durante este ano, «já morreram às mãos de parceiros ou familiares próximos, 40 mulheres portuguesas, provocando a existência de 122 crianças órfãs».

No ano passado, e de acordo com a então secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade Teresa

Morais, tinham sido assassinadas 32 mulheres, em contexto familiar, até final de novembro.

Números do observatório da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), divulgados no final do ano passado, referiam a morte de 40 mulheres em 2014, a maioria às mãos de atuais ou ex-companheiros, apontando ainda que 46 conseguiram escapar a tentativas de homicídio.

Os números da UMAR resultam do tratamento de dados, recolhidos através dos casos de violência doméstica, noticiados na imprensa. Em 2013, os dados do Relatório Anual da Segurança Interna apontavam para 40 homicídios conjugais, dos quais 30 eram mulheres.

Projeto de apoio a vítimas de cibercrime

APAV. O número de vítimas de criminalidade cibernética tem aumentado e a procura de ajuda tem sido crescente, o que levou a APAV a criar um projeto para apoiar vítimas.

O projeto dá pelo nome de PROTEUS e foi desenvolvido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em parceria com a Procuradoria-Geral da República, a Polícia Judiciária (PJ) e diversas entidades europeias, cofinanciado pela UE.

“Aquilo que a APAV vem sentindo é uma crescente procura, por parte de vítimas de diferentes tipos de cibercrime, e sentimos a necessidade de nos prepararmos e de definirmos modelos de intervenção e preparar técnicos para prestar o melhor apoio possível às vítimas”, explicou Frederico Moyano Marques, assessor técnico da direção da APAV.

De acordo com o responsável, o número de queixas que chega à associação ainda não é muito elevado e rondará “uma ou duas dezenas de casos”, mas já justifica que seja criada uma estratégia específica.

Exemplos de crimes cibernéticos são o furto da identidade. Um dos casos que chegou à APAV diz respeito a uma pessoa cujo ex-companheiro entrou na sua página de Facebook, fazendo-se passar por ela, e colocou vídeos e fotos íntimas.



O projeto PROTEUS vai ser apresentado no âmbito de um seminário, hoje e amanhã, no auditório da Polícia Judiciária, em Lisboa. © PEDRO CATARINO

“Phishing”

A PJ apela aos cibernautas que se certifiquem primeiro se as empresas que oferecem empregos existem e só depois respondam às propostas, para evitarem as fraudes de *phishing*.

• No *phishing*, o criminoso faz-se passar por uma instituição ou empresa

e tenta convencer a vítima a divulgar dados pessoais e para ficar com a sua palavra-passe e de números de contas.

• Para o evitar, devem-se usar todos os mecanismos que permitam perceber se a entidade existe, como verificar se tem telefone e se este “é válido”.

Outro fenómeno é das chamadas burlas românticas. À APAV, chegou o caso de uma pessoa que iniciou uma relação amorosa numa rede social com alguém que dizia ser militar e que estava em missão no estrangeiro. Com o argumento de que estava hospitalizado, o suposto militar convenceu a vítima a pagar as despesas médicas e esta acabou por fazer várias transferências, no total de cerca de €15.000.

APAV aponta mira contra o cibercrime

Focus. Número de vítimas tem aumentado e procura de ajuda tem sido crescente. Furtos de identidade ou as chamadas burlas românticas são exemplos deste tipo de crime. Associação e diversas entidades criam projeto de apoio

Cibercrime em ascensão

PJ alerta para perigos de “phishing” nos anúncios de emprego online. APAV anuncia projeto de apoio especializado a vítimas.

PATRÍCIA SUSANO FERREIRA
pferreira@destak.pt

● *Phishing* de dados bancários, furto de identidade e burlas românticas são três dos crimes informáticos mais frequentemente reportados à Associação de Apoio à Vítima (APAV), organismo que admite um aumento crescente dos pedidos de ajuda que justifica a criação de um projeto de apoio a estas vítimas.

«Sentimos a necessidade de nos prepararmos e de definirmos modelos de intervenção e preparar técnicos para prestar o melhor apoio possível», refere à agência Lusa o assessor técnico da direção da APAV.

No caso das burlas românticas, Frederico Moyano Marques alerta mesmo para a existência de casos de suicídios não só pelos danos patrimoniais, mas «sobretudo pelo impacto



Furto de identidade, “phishing” e burlas românticas são crimes mais frequentes

emocional», já para não falar das cifras negras nestes crimes, pois «a vergonha tem um papel bloqueador da denúncia».

Perigos dos anúncios online

Já a PJ alerta para uma outra tendência, a do *phishing* de dados pessoais através de anúncios de emprego on-

line. A Judiciária apela aos cibernautas para que se certifiquem primeiro se as empresas que oferecem empregos existem e só depois respondam às propostas de trabalho. Recorde-se que o *phishing* é uma fraude em que o criminoso se faz passar por uma instituição para pedir dados pessoais, palavras-passe e números de contas.

123RF

APAV E POLÍCIA JUDICIÁRIA ALERTAM UTILIZADORES

Disparam burlas na net

■ A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima alerta para o aumento de vítimas de criminalidade cibernética – roubo de identidade. Segundo a associação, o número de queixas retrata “uma ou duas dezenas de casos” este ano. Hoje e amanhã decorre em Lisboa o seminário PROTEUS: Furto de identidade online: prevenção, combate e apoio à vítima. A

conferência acontece na sede da Polícia Judiciária, em Lisboa. Já ontem, a PJ apelou aos usuários da internet que se certifiquem primeiro se as empresas que oferecem empregos realmente existem para evitar casos de ‘phishing’: fraude informática em que o criminoso se faz passar por uma empresa para tentar aceder a dados pessoais das vítimas. ■ M.P. COM LUSA

Violência doméstica provocou a morte de 40 mulheres

Balanço, revelado esta semana, supera as médias registadas em 2013 e 2014.



A GNR revelou que, este ano, já morreram 40 mulheres portuguesas por violência doméstica, valor que supera as médias registadas em 2013 e 2014, no Relatório Anual da Segurança Interna.

O comunicado do Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) do comando territorial de Lisboa da GNR, refere que “já morreram às mãos de parceiros ou familiares próximos, 40 mulheres portuguesas, provocando a existência de 122 crianças órfãs”.

No ano passado, e de acordo com a então Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade Teresa Morais, tinham sido assassinadas 32 mulheres, em contexto familiar, até final de Novembro.

Números do observatório da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), divulgados no final do ano passado, referiam a morte de 40 mulheres em 2014, a maioria às mãos de

actuais ou ex-companheiros, apontando ainda que 46 conseguiram escapar a tentativas de homicídio. Os números da UMAR resultam do tratamento de dados, recolhidos através dos casos de violência doméstica, noticiados na imprensa.

Em 2013, os dados do Relatório Anual da Segurança Interna apontavam para 40 homicídios conjugais, dos quais 30 eram mulheres.

O Núcleo tem-se dedicado a investigar processos relacionados com violência doméstica e maus-tratos e, nesse âmbito, realizou, desde o início do ano, 27 operações de busca, apreendendo 42 armas de fogo e 1.480 munições.

Além disso, realizou 27 detenções, que culminaram com a aplicação a estes suspeitos da medida de coacção de prisão preventiva, e a retirada de 15 menores vítimas de maus-tratos por parte de familiares.



APAV cria projecto específico para vítimas de cibercrime

O projecto PROTEUS e foi desenvolvido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em parceria com a Procuradoria-Geral da República, a Polícia Judiciária, a Procuradoria-Geral Espanhola, a Polícia Romena e o Centro de Violência de Género de Parnu, Estónia, tendo sido co-financiado pela Comissão Europeia.

“Aquilo que a APAV vem sentindo é uma crescente procura, por parte de vítimas de diferentes tipos de cibercrime, e sentimos a necessidade de nos prepararmos e de definirmos modelos de intervenção e preparar técnicos para prestar o melhor apoio possível às vítimas”, explicou Frederico Moyano Marques, assessor técnico da direcção da APAV.

De acordo com o responsável, o número de queixas que chega à associação ainda não é muito elevado e rondará “uma ou duas dezenas de casos”, mas já justifica que seja criada uma estratégia específica. Um dos casos que chegou à APAV é o de uma senhora que, ao analisar o extracto bancário, constatou que lhe tinham sido retirados 20 mil euros da conta de um dia para o outro.

Frederico Marques explicou que depois de feita uma análise, percebeu-se que a pessoa tinha sido vítima de fishing de dados bancários, em que, sem dar conta, facultou os seus dados através de uma página na Internet que ela acreditava pertencer ao seu banco, o que permitiu que o criminoso transferisse o dinheiro para outra conta. Outro caso de crime cibernético é o furto de identidade, como uma pessoa cujo ex-companheiro entrou na sua página de Facebook, fazendo-se passar por ela, e colocou vídeos e fotos íntimas.

As chamadas burlas românticas são também cada vez mais frequentes. À APAV chegou o caso de uma pessoa que iniciou uma relação amorosa numa rede social com alguém que dizia ser militar e que estava em missão no estrangeiro. Com o argumento de que estava hospitalizado, o suposto militar convenceu a vítima a pagar as despesas médicas e esta acabou por fazer várias transferências, no total de cerca de 15 mil euros.

Segundo Francisco Marques, comecem a ter uma dimensão relevante os casos em que as vítimas acabam por se suicidar quando percebem que foram alvo de uma burla, não só pelos danos patrimoniais, mas “sobretudo pelo impacto emocional”, quando percebem que, durante meses ou anos, viveram uma relação que não só não era verdadeira, como o único intuito era a extorsão de dinheiro.